



**POLÍTICA DE
INVESTIMENTOS
2006 - 2010**

**Planos de
Contribuição Definida**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | 2 |
| 1 <i>Objetivos da Política de Investimentos</i> | 3 |
| 1.1 Aplicação da política de Investimentos | 4 |
| 1.2 Vigência da Política | 4 |
| 2 <i>Avaliação de Cenário Macroeconômico de Curto, Médio e Longo Prazos</i> | 4 |
| 2.1 Avaliação do Cenário Internacional | 4 |
| 2.2 Avaliação do Cenário Brasileiro | 5 |
| 3 <i>Alocação de Recursos</i> | 7 |
| 3.1 Alocação global | 7 |
| 3.2 Alocação no Segmento de Renda Fixa | 7 |
| 3.3 Alocação no Segmento de Renda Variável | 8 |
| 3.4 Alocação no Segmento de Imóveis | 8 |
| 3.5 Alocação no Segmento de Empréstimos a Participantes | 8 |
| 3.6 Operações com Derivativos | 8 |
| 4 <i>Limites para Investimentos para a Emissão e/ou Coobrigação de uma mesma Pessoa Jurídica</i> | 8 |
| 5 <i>Crítérios de Contratação de Gestores de Recursos</i> | 8 |
| 5.1 Pré-seleção de Gestores | 8 |
| 5.2 Limite preliminar de volume para gestão de fundos de renda fixa | 9 |
| 5.3 Análise de Performance, <i>Due Diligence</i> e Critérios Qualitativos | 9 |
| 5.3.1 Processo de <i>Due Diligence</i> | 9 |
| 5.3.2 Análise comparativa da performance dos gestores | 9 |
| 5.3.3 Critérios Qualitativos | 9 |
| 6 <i>Estratégia de Formação de Preço Ótima</i> | 9 |
| 7 <i>Princípios Norteadores da Alocação de Recursos</i> | 10 |
| 8 <i>Resultados Esperados</i> | 11 |
| 9 <i>Avaliação e Controle de Riscos</i> | 11 |
| 10. <i>Comunicado ao Participante</i> | 12 |
| Anexo 1 - Cenário Macroeconômico | 13 |
| Anexo 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa | 14 |
| Anexo 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social | 15 |
| Anexo 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03 | 17 |
| Anexo 5 - Indicadores de Governança Corporativa | 18 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------|---|
| ABRAPP | Associação Brasileira de Previdência Privada |
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| BOVESPA | Bolsa de Valores de São Paulo |
| CCB | Cédula de Crédito Bancário |
| CCI | Cédula de Crédito Imobiliário |
| CDCA | Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio |
| CGPC | Conselho de Gestão da Previdência Complementar |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| CPR | Cédula de Produto Rural |
| CRA | Certificado de Recebíveis do Agronegócio |
| CRI | Certificado de Recebíveis Imobiliários |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| FIDC | Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios |
| FIP | Fundo de Investimentos em Participações |
| FMIEE | Fundo Mutuo de Investimentos em Empresas Emergentes |
| IGP-M | Índice Geral de Preços de Mercado |
| IPCA | Índice de Preços ao Consumidor Amplo |
| LCA | Letra de Crédito do Agronegócio |
| SPC | Secretaria de Previdência Complementar |

1. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos tem como objetivo fornecer aos gestores da Petros as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos planos. Neste contexto, tendo em vista o provável cenário de redução das taxas de juros reais dos títulos públicos nos próximos anos, elaborada pela Assessoria de Planejamento de Investimentos, estamos propondo o início de uma estratégia de alocação de recursos que contemple investimentos lastreados na atividade produtiva do setor privado.

A diversificação da carteira destinando recursos à renda variável e a títulos de renda fixa privados, estruturados via mercado de capitais, representa a melhor estratégia para otimizar a rentabilidade dos ativos dos planos de contribuição definida diante da expectativa de redução das taxas reais de juros nos próximos anos.

Diante da alteração da antiga estratégia que privilegiava apenas investimento em renda fixa, o Comitê Gestor de Investimento de cada plano terá um papel fundamental na implementação desta Política de Investimentos e no processo de seleção de ativos. Dentro desta nova postura, torna-se fundamental a avaliação dos resultados de rentabilidade da carteira sob uma perspectiva de longo prazo. Este comitê será composto por representantes da Petros que são responsáveis pela área de investimentos e representantes indicados pela Patrocinadora do Plano.

Este comitê terá como principais atribuições:

- ✓ Recomendar possíveis alternativas de investimentos dentro da execução da Política de Investimentos;
- ✓ Recomendar ao Conselho Deliberativo alterações na Política de Investimentos; e
- ✓ Acompanhar e avaliar os resultados dos investimentos realizados.

| CNPB | Planos | Patrocinadoras / Instituidores |
|----------------|--|---|
| 20.030.005-18 | Plano PQU Previdência | Petroquímica União S/A |
| 20.020.008-83 | Plano Triunfo Vida | Petroquímica Triunfo S.A. |
| 20.020.019-11 | Plano IBP | Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás |
| 20.040.013-56 | Plano SIMEPREV | - Sindicato dos Médicos de São Paulo - Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco |
| 20.040.017-47 | Plano Copesulprev | Copesul Companhia Petroquímica do Sul |
| 20.040.023-11 | Plano IBAPrev | Instituto Brasileiro de Atuária - IBA |
| 20.040.025-65 | Plano CULTURAPREV | - Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais - Cooperativa Paulista de Teatro do Estado de São Paulo - Sindicatos dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões dos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Sergipe e do Rio de Janeiro - Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro - Sindicato dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo |
| 20.000.062-56 | Plano de Previdência DBA | DBA - Engenharia de Sistemas Ltda. |
| 20.010.004-56 | Plano Concepa | Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - CONCEPA |
| 20.000.073-92 | Plano de Previdência Transpetro | Petrobrás Transporte S.A. - Transpetro |
| 19.990.031-11 | Plano de Previdência REPSOL YPF | - Repsol YPF Brasil S.A. - Repsol YPF Distribuidora S.A. |
| 20.000.059.18 | Plano de Previdência Cachoeira Dourada | Cachoeira Dourada S.A. |
| 20.050.004-11 | Plano CROPrev | - Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro - Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte |
| 20.050.007-11 | Plano SinMed/RJ | Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro - SinMed/RJ |
| 20.020.004-92 | Plano SAT | - Satélite Distribuidora de Petróleo S.A. - Petromarketing Consultoria S/C - Caráú - Caráú Com. de Derivados de Petróleo Ltda. |
| 20.040.026-38 | Plano Sanasa | Sanasa - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. |
| 20.050.019-29 | Plano Manguinhos | Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. |
| Não Disponível | Plano FIEPEprev | - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - SESI/PE - SENAI/PE - IEL/PE - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lod |

1. APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Seguindo os requisitos da legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a necessidade originada da proposta de alteração da estratégia focada apenas em títulos públicos federais, estamos destacando as características desses planos para melhor precisão dos gestores de investimentos da Petros.

A Petros administra 25 planos de benefícios, sendo que esta política de investimentos será aplicada aos seguintes Planos e Patrocinadoras descritas na tabela anterior (pag. 3).

1.2 VIGÊNCIA POLÍTICA

De acordo com a Resolução CGPC nº 7, de dezembro de 2003, o horizonte de vigência dessa Política de Investimentos é de, no mínimo, 60 meses, com revisões anuais.

2. AVALIAÇÃO DE CENÁRIO MACROECONÔMICO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

2.1 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO INTERNACIONAL

As incertezas em relação à economia mundial no final de 2004, que delineavam os fatores de risco nas decisões de investimentos, não se refletiram nos indicadores econômicos globais em 2005 – o mercado acionário americano avançou, o dólar apreciou em relação ao Euro, houve baixa volatilidade nos mercados de ouro e de taxa de juros de longo prazo nos Estados Unidos (notas do tesouro de 10 anos).

O principal fator de mudança em 2005 foi a transição da taxa de juros básica norte-americana de um nível acomodatório para próximo do neutro (cerca de 4%aa), tendo como pano de fundo níveis recordes de preço de commodities. A princípio, esse movimento foi bem sucedido, sem gerar turbulências nos mercados globais. Por trás desse sucesso estão fatores estruturais que provavelmente não devem ser alterados no curto-prazo. O principal deles se refere à China como fator de excesso de oferta de bens, mão-de-obra e de poupança.

Outra questão importante foi a estabilidade das expectativas inflacionárias nos Estados Unidos, refletida nos títulos indexados à inflação de longo prazo (TIPS), que permitiu o avanço gradual da taxa básica americana, sem gerar turbulência nas economias emer-

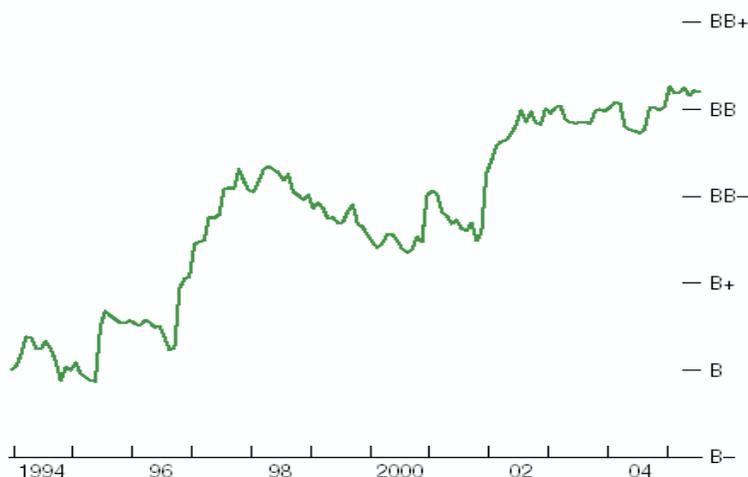
gentes.

O movimento de apreciação do dólar em relação ao Euro no primeiro semestre de 2005 refletiu a atratividade de maior crescimento da economia e o diferencial de juros em favor dos Estados Unidos em detrimento dos desequilíbrios do déficit em conta corrente e fiscal que ainda persistem.

Oportunamente, os países emergentes foram os que mais se beneficiaram da conjuntura internacional nos últimos anos. Há aproximadamente três anos atrás se iniciou um intenso movimento de procura por risco. Essa tendência surgiu com o período de deflação nos Estados Unidos. A expressiva redução das taxas de juros de curto prazo incentivou a migração do capital para ativos mais arriscados, mas com taxas mais atraentes, como títulos de dívida das principais economias emergentes, intensificando ao longo do tempo para ativos como commodities internacionais e mercados de ações.

Esse período marcado por excesso de liquidez nos países emergentes foi fundamental a fim de melhorar os principais indicadores de vulnerabilidade. Neste contexto, os superávits em transações correntes permitiram a redução das dívidas externa pública e privada, aumentando dessa forma o grau de solvência. Este fato está proporcionando ao longo do tempo uma melhora da classificação de risco desses países.

Gráfico 1 - Classificação Agregada dos Países Emergentes



Fonte: FMI e Agências de Risco

Adicionalmente, essas economias aproveitaram o impulso internacional apresentando crescimento sólido, inflação moderada, responsabilidade fiscal, ajuste em conta corrente e acúmulo de reservas internacionais. Essa blindagem permite uma maior confiança nos investimentos de longo prazo, mesmo em um cenário com algumas importantes incertezas internacionais. O preço do petróleo ajudou essa conjuntura ao mostrar em 2005 sinais de estabilidade, contrariando análises de que poderia alcançar patamar próximo aos maiores níveis históricos, acima de US\$ 100 / barril, em termos reais, registrado no início da década de 80, ape-

sar do alto patamar quando comparado há 3 anos.

Assim, os riscos no horizonte mais próximo (incluindo um intenso calendário eleitoral em 2006) não são desprezíveis e ainda há a possibilidade de turbulência. Entretanto, o que se coloca é que as economias emergentes ampliaram em 2005 o "colchão" de liquidez internacional que teria o efeito de reduzir o impacto de possíveis adversidades externas.

2.2 AVALIAÇÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO

O Brasil seguiu muito de perto a tendência de prosperidade das economias emergentes nos últimos anos, especialmente se tomarmos como base os principais indicadores de vulnerabilidade. Os vencimentos da dívida externa pública brasileira para 2006 estão praticamente todos contratados (o tesouro está comprando dólares com seis meses de antecedência) e a dívida externa privada foi reduzida drasticamente. A inserção brasileira na economia mundial em 2005 se mostrou tão positiva que possibilitou uma emissão bem sucedida de títulos do Tesouro brasileiro nos mercados internacionais em moeda local (o Real), um fato histórico inédito.

No entanto, em nossa avaliação, a evolução dos últimos anos da economia brasileira ainda está bastante subavaliada pelos mercados e agências de classificação de risco. O risco brasileiro medido pelo diferencial dos títulos emitidos no mercado internacional e a taxa básica americana ainda não reflete o momento favorável que a economia se encontra.

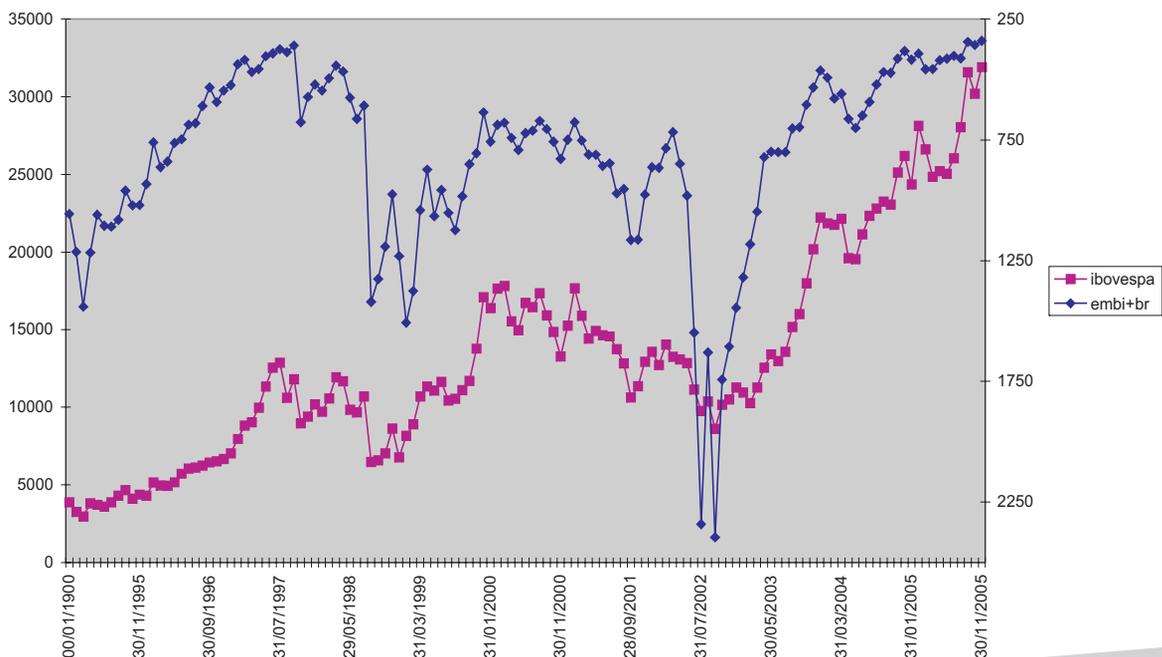
Em geral, o argumento utilizado para a manutenção de um nível de risco brasileiro acima do que consideramos "justo" é o tamanho e a composição da dívida interna brasileira. Nesse aspecto, é verdade que o

Brasil não evoluiu muito do ponto de vista estritamente numérico quando comparado a outros emergentes, notadamente Rússia, Venezuela, Equador, Turquia e Argentina, favorecidos, nos quatro primeiros casos, pelos preços do petróleo, e, no último caso, por renegociação da dívida pública, redução dos serviços oferecidos pelo estado e forte desequilíbrio dos preços internos, que traz uma grande incerteza para a economia Argentina nos próximos anos.

Apesar de não sofrer mais do "pecado original", que era a possibilidade de emissão monetária descontrolada para financiar déficits do Tesouro, a dívida interna brasileira ainda é muito elevada quando comparada a outros países emergentes e possui uma composição demasiada de títulos pós-fixados. Assim, o risco de desequilíbrio macroeconômico ainda tende a ser pago pelo governo, caso haja necessidade de alta nas taxas de juros. Nesse aspecto, a economia brasileira tem muito a avançar nos próximos anos. No entanto, uma única variável não justifica a atual avaliação sobre o risco país.

Conseqüentemente, nossa estratégia para os próximos anos tem como perspectiva a possibilidade dos mercados reconhecerem as melhoras já conquistadas dos fundamentos da economia brasileira, com possibilidade de ampliar a atratividade dos investidores estrangeiros em relação aos investimentos no Brasil, em especial em renda variável, tanto na Bolsa de Valores de São Paulo quanto na forma de Fundos de Participação (incluindo infra-estrutura) e Fundos de Empresas Emergentes. Como podemos ver no gráfico abaixo, a melhora da taxa de risco brasileiro tem correlação direta com a melhora dos preços das ações na BOVESPA, fortalecida pela entrada de recursos externos.

IBOVESPA x EMBI BR



A tendência da taxa de juros no Brasil para os próximos anos é de expressiva redução. Provavelmente não encontraremos mais os níveis de taxa de juros reais praticados atualmente (entre 13% e 14%). Intuitivamente, a taxa real de juros da economia brasileira segue em rumo ao seu nível de equilíbrio. Se utilizarmos a teoria econômica da paridade coberta de juros com as hipóteses de nível de risco Brasil de 360 pontos, taxa Libor 4,9% pontos e desvalorização máxima do real em relação ao dólar de 20%, encontraremos um valor aproximado de taxa de juros de equilíbrio próxima a 10,5% ao ano. Esse número subtraído da inflação de longo prazo brasileira (meta de inflação de 4,5%) fornece a taxa real 6%. Este nível de juro real deve ser entendido como o "justo", tornando o investidor indiferente do ponto de vista financeiro a aplicar no Brasil ou nos mercados globais. A economia brasileira já esteve próxima desse número - a taxa real de juros definida como a diferença entre a SELIC e a projeção de inflação do IPCA para os próximos 7 anos, já alcançou valores próximos de 9% em 2004. Portanto, não parece ser um absurdo que com a redução da percepção de risco brasileiro e, caminhando para níveis melhores de classificação de risco, a taxa real de juros convirja para esse valor nos próximos anos.

O processo de desinflação já se encontra próximo do fim. A política monetária foi eficiente se utilizarmos como critério a trajetória descendente da inflação - de 17,2% (IPCA em 12 meses) em maio de 2003 para valores próximos de 5,5% no final de 2005.

No entanto, esta trajetória de desinflação teve muita influência da apreciação cambial - a maior contribuição veio dos preços de bens comercializáveis (ou transacionáveis) - de 19,7% para 2,2%. O processo de elevação da taxa de juros também terminou por desacelerar a atividade econômica (crescimento de 4,9% do PIB em 2004 para 3% em 2005). A intensidade do desaquecimento, apesar de não desejada, permitiu a manutenção de importante superávit em conta corrente, que, adicionado ao diferencial de taxa de juros, acelerou o processo de apreciação cambial, viabilizando a política de rápida acumulação de reservas.

O ano de 2006 não deve apresentar dificuldade para a política monetária alcançar a meta central de 4,5%. Os preços administrados devem, pela primeira vez, crescer abaixo dos preços livres (ou de mercado), possibilitando até uma eventual aceleração de sua inflação. Apesar desse bem-sucedido processo de desinflação, ainda há fatores de risco para a convergência para as metas de inflação.

Os preços dos bens não-comercializáveis, liderados pelo setor de serviço, ainda exibem demasiada persistência. Em 12 meses esse grupo de preços acumula 6,5%, tornando apertada a variação dos demais setores. Não há estudos empíricos consistentes sobre as possibilidades de êxito em um processo de desinflação

dos preços dos serviços, mas acredita-se que o principal fator é a manutenção da inflação estável por um longo período. Este é o principal desafio de médio prazo para a política monetária. Outros fatores de risco para a política monetária em 2006 estão associados a uma possível desvalorização cambial ou recomposição de margens agrícolas, seriamente comprimidas nos últimos dois anos (IPA agrícola acumula deflação de aproximadamente 10% em 12 meses).

Outros desafios para o governo e a política monetária para os próximos anos são produzir um crescimento econômico acima de 4% e manter a inflação próxima ao centro da meta inflacionária de 4,5% ao ano. Até o momento, notamos que o Banco Central tem focado apenas no processo de desinflação. Essa prática é aceitável quando os preços estão em um processo intenso de desinflação. Entretanto, a medida que a inflação alcance patamar próximo à estabilidade, respaldada por uma política fiscal consistente, é recomendável que a decisão de taxa de juros também envolva uma maior ponderação sobre seus efeitos sobre a atividade econômica, em especial sobre novos investimentos (oferta). Essa prática é comum em diversos países, inclusive nos Estados Unidos (que tem escrito no mandato), pois inibições de geração de capacidade produtiva (investimento) por longo período causam restrições à oferta de produtos e, conseqüentemente, um quadro favorável a pressões inflacionárias. Apesar das recentes taxas de crescimento do PIB brasileiro superar o desempenho das últimas décadas, quando compararmos sua variação com os demais emergentes, percebe-se que nossa economia ficou abaixo do crescimento médio internacional nos últimos anos.

O perfil do crescimento do PIB para os próximos anos tende a sofrer uma mudança importante. Entre 1999 e 2005 o vigor da atividade foi liderado pelo crescimento do setor de bens duráveis (havia baixa penetração em diversos produtos, assim como consumo reprimido), aumento das exportações e de investimentos. O crescimento mais recente tem mostrado uma composição diferente que deve permanecer dessa forma pelo menos em 2006: acomodação do investimento e aumento dos rendimentos reais impulsionando a absorção interna via consumo de bens não-duráveis.

Outra questão importante é a contribuição negativa do setor externo para o PIB. As projeções de balança comercial para 2006 (R\$ 35 bilhões) mostram que para crescer acima de 2005 a atividade estará dependente da absorção interna.

Encontramos nos atuais indicadores econômicos evidências de que esta retomada do crescimento em 2006, baseada no crescimento interno poderá ocorrer - a massa salarial está em plena recuperação, há uma expectativa maior de gasto público (dentro da meta fiscal) e um início de estímulo monetário pela queda

nos juros básicos desponta parecendo ser mais duradouro do que nos últimos anos.

Por fim, ainda que haja incertezas em relação ao cenário doméstico, acreditamos que o maior fator de risco continua sendo o externo. Enquanto houver a permanência de alta liquidez internacional, há espaço para turbulências internas sem que isso se reflita em queda dos principais indicadores econômicos. Esses casos são acompanhados de expressiva volatilidade, mas a tendência de longo prazo (melhora dos fundamentos econômicos) segue inalterada. Os principais fatores que podem alterar nosso cenário básico de excesso de liquidez são:

- ✓ O estouro da bolha de preços dos imóveis nos Estados Unidos;

- ✓ Uma perda expressiva de fôlego da economia americana como processo de ajuste dos desequilíbrios externos;

- ✓ Choque de oferta ligado a uma extensão da gripe aviária asiática; e,

- ✓ Disparada da cotação do petróleo com elevação expressiva da taxa básica para conter a inflação mundial.

3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O cenário de redução dos juros reais indicado, pela Assessoria de Planejamento de Investimentos, como o mais provável para os próximos anos, corrobora a es-

tratégia de uma política de diversificação dos investimentos, planejando a carteira total dos ativos com uma perspectiva de rentabilidade sólida de longo prazo baseada em conceitos de Investimentos Socialmente Responsáveis.

Nesse momento, portanto, é recomendável a Petros implementar uma Política de Investimentos para os planos de Contribuição Definida que contemple uma parcela de investimentos lastreada em empreendimentos produtivos, reduzindo a parcela dirigida a títulos públicos, hoje geridos através de fundos de renda fixa. Tais investimentos, se feitos por intermédio de veículos bem estruturados, têm uma remuneração esperada mais elevada que a renda fixa calculada em títulos públicos. Diante do exposto, estaremos destinando uma parcela dos recursos para fundo de renda fixa cujo foco é investir em títulos privados com as características supracitadas.

Dentro da estratégia de construção de uma carteira ótima de investimentos, que inclua vários tipos de riscos e procure maximizar a curva de eficiência de alocação, também propomos que seja aplicada uma parcela de recursos em renda variável (especialmente ações), aumentando as perspectivas de rentabilidade no médio e longo prazo.

Na seqüência da seção, são apresentadas propostas de alocação de recursos por classes de investimentos.

3.1 ALOCAÇÃO GLOBAL

| Segmento | Percentual alocado Out/05 | Percentual 2006 / 2010: mínimo | Percentual 2006 / 2010: Máximo |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Renda Fixa | 100,00 | 70,00 | 100,00 |
| Renda Variável | 0,00 | 0,00 | 25,00 |
| Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo a Participantes | 0,00 | 0,00 | 8,00 |

3.2 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA FIXA

| Segmento de Renda Fixa | Percentual alocado Out/05 | Percentual 2006 / 2010: mínimo | Percentual 2006 / 2010: Máximo |
|------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Renda Fixa | 100,00 | 70,00 | 100,00 |

Esta Política de Investimentos estabelece que não serão adquiridos ativos de renda fixa considerados como médio /alto risco de crédito. A implementação desse tipo de investimento somente poderá ocorrer de forma involuntária, causada por deterioração da avaliação de risco do investimento causada por fatores alheios ao controle da Petros.

Os Fundos de Renda Fixa com gestão terceirizada estão divididos em dois grupos: multimercados moderados e multimercados tradicionais. Nos moderados, os gestores estão comprometidos com uma rentabilidade alvo de 105% da taxa Selic (taxa de juros dos Títulos

Públicos de curto prazo). No caso dos multimercados tradicionais, a meta de rentabilidade do gestor é de 108% da taxa Selic, exigindo uma alta performance do administrador, que poderá utilizar o mercado de renda variável para executar operações de renda fixa com o objetivo de maximizar o retorno do fundo.

O mecanismo de estímulo para otimização dos resultados financeiros dos gestores continuará sendo o pagamento da taxa de performance de 15% dos rendimentos que superarem o benchmark de 102% da taxa Selic no caso dos fundos multimercados mode-

rados e 20% dos rendimentos que superarem os 104% da taxa Selic nos fundos multimercados tradicionais. Tais taxas de performance somente serão pagas se o benchmark superar a meta atuarial da Petros (IPCA + 6%aa).

Por apresentar maior grau de risco de mercado, o volume financeiro do grupo de fundos do tipo multimercado tradicional terá como diretriz ser equivalente a cerca de 25% do volume alocado para os fundos moderados. Além desses dois tipos de Fundos de Renda Fixa terceirizados, esta política de investi-

mentos propõe destinar parte dos recursos em um fundo de renda fixa focado em papéis privados estruturados via mercado de capitais, como debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, cédula de recebíveis imobiliários, etc. Este Fundo segmenta este tipo de risco de crédito para deixar claro para os participantes e gestores sua característica distinta dos fundos de renda fixa multimercados moderados e tradicionais. O potencial de rentabilidade tende a ser superior no longo prazo do que os fundos de renda fixa lastrados apenas em Título Públicos Federais.

3.3 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

| Segmento de Renda Variável | Percentual alocado Out/05 | Percentual 2006 / 2010: Mínimo | Percentual 2006 / 2010: Máximo |
|----------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Renda Variável | 0,00 | 0,00 | 25,00 |
| Ações de Mercado* | 0,00 | 0,00 | 22,00 |
| Carteira de Participações | 0,00 | 0,00 | 3,00 |
| Debêntures de SPE** | 0,00 | 0,00 | 3,00 |

Benchmark: *IBX-50; ** NTN-B + 1,5%aa.

Em decorrência do cenário mais provável para os próximos 5 anos favorecer aplicações em renda variável e graças aos bons resultados obtidos nos anos anteriores pelos gestores da Petros, estamos propondo a alocação de um percentual dos investimentos no segmento de Renda Variável

Também recomendamos debêntures de emissões de Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Apesar de se tratar de um instrumento de renda fixa, a legislação enquadra estes ativos em um segmento de renda variável por ser uma estrutura que financia projetos. Este investimento poderá ser feito de forma direta ou através de fundo de investimento.

3.4 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE IMÓVEIS

Essa política não permite investir diretamente em imóveis; ela privilegia os investimentos em imóveis através de instrumentos do mercado de capitais, como é o caso dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI - ou Fundos de Investimento em CRI ou CCI. Neste caso, o Certificado oferece como garantia um imóvel, o aluguel, ou a prestação de um financiamento imobiliário (que pode já estar pronto - performado - ou em fase de construção - não performado), mas a rentabilidade recebida pela Petros tem características de renda fixa, sendo independente dos resultados correntes do empreendimento.

3.5 ALOCAÇÃO NO SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Esta Política de Investimentos propõe implementar o segmento de empréstimos a participantes. A proposta é que tal segmento seja implementado nos próximos anos no momento em que os planos tenham um patrimônio mínimo que torne viável a operacionalização deste segmento. Estas operações têm como objetivo reduzir ao máximo o custo de emprés-

timos para os participantes da Petros, sem colocar em risco a segurança do patrimônio do plano e ainda gerar uma rentabilidade superior à Meta Atuarial.

Benchmark: Meta Atuarial.

3.6 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

São permitidas operações com derivativos com o objetivo de otimizar a rentabilidade e diminuir os riscos de mercado e de crédito a que estão expostas as carteiras de renda fixa e renda variável na BOVESPA, na bolsa de mercadorias e de futuros e mercado de balcão organizado, desde que na modalidade "com garantia". Os limites utilizados para o uso de derivativos devem respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções complementares a ela.

4 LIMITES PARA INVESTIMENTOS PARA A EMISSÃO E/OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

A Petros estabeleceu que os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN 3.121/03 e demais instruções e regulamentações complementares a ela.

5 CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Metodologia para estabelecer limites de gestão para renda fixa:

5.1 PRÉ-SELEÇÃO DE GESTORES

As empresas gestoras a serem consideradas para a concessão de limites deverão possuir um volume mínimo de recursos administrados para entrarem em qualquer processo de análise. Empresas gestoras com volume inferior ao limite estabelecido pela Petros serão automaticamente excluídas do processo de concessão

de limites. Este volume será fixado em 1,5% do patrimônio da Petros. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.

5.2 LIMITE PRELIMINAR

Nesta etapa serão considerados apenas os gestores pré-qualificados na etapa 1.

O limite preliminar mínimo de gestão será então estabelecido, tomando-se o menor dentre os fatores, a saber:

- 30% do volume administrado excluindo recursos da Petros;
- 5,0% do patrimônio da Petros no caso de Gestores que já administram recursos da Petros.

5.3 ANÁLISE DE PERFORMANCE, DUE DILIGENCE E CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Os limites preliminares sugeridos na etapa 2 estarão sujeitos a redução ou aumento a partir de "rating interno Petros", que representa o "grau de confiança" da Fundação em operar com cada instituição. Os limites finais a serem estabelecidos serão baseados em uma análise quantitativa e qualitativa que abordam três etapas:

5.3.1 PROCESSO DE DUE DILIGENCE

Nesta etapa procurar-se-á obter informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes.

5.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DA PERFORMANCE DOS GESTORES

Ao analisar a performance dos gestores será necessário separá-los em dois grupos, a saber:

- Gestores que já administram fundos da Petros e
- Gestores que não administram fundos da Petros

Na primeira situação, estar-se-á comparando a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da Petros. A comparação entre gestores é realizada através de histórico de rentabilidade e risco, da composição das carteiras e dos regulamentos e perfis dos fundos.

No segundo caso, dever-se-á comparar um grande número de fundos no mercado para tentar obter um indicador da qualidade de gestão. Qualquer medida, neste caso, é apenas uma aproximação da capacidade de gestão "real" e, portanto, os resultados desta análise deverão ser encarados dentro de um contexto, sem representarem um critério automático de exclusão / inclusão de gestores.

5.3.3 CRITÉRIOS QUALITATIVOS

Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estruturas operacional, técnica e gerencial adequadas e que exibem performance considerada superior, segundo os parâmetros definidos pela equipe

da Petros.

Atualização dos limites de gestão: O prazo de vigência dos limites propostos pela metodologia será trimestral, ou seja, a atualização dos mesmos será trimestral. Os limites poderão ser reduzidos (ou até cancelados) a qualquer momento, como decorrência de:

- *performance* insatisfatória;
- aumento da percepção do risco da empresa gestora pela equipe da Petros;
- descumprimento do mandato concedido pela Petros para administração de fundos.

Critérios de escolha de Corretoras

- 1) Volume financeiro mensal total transacionado, em valores absolutos e em proporção ao mercado, no último ano (eliminatório);
- 2) O fato de trabalhar com operadores autônomos;
- 3) Taxa de devolução de corretagem mínima (eliminatório);
- 4) Operações com a carteira própria;
- 5) Contatos telefônicos entre operadores gravados (eliminatório);
- 6) Qualidade das análises de empresas ("Equity Research");
- 7) Qualidade das análises macroeconômicas ("Macro Research");
- 8) Qualidade do serviço prestado à mesa de operações;
- 9) Posse de certificados de qualidade (ISO, etc); e,
- 10) A revisão da avaliação das corretoras é feita pelo Comitê de avaliação de corretoras (COMAV), que possui composição multigerencial, com periodicidade trimestral.

6 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇO ÓTIMA

São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento da Petros.

As decisões de alocação dependerão fundamentalmente do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada.

As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que inicialmente avalia o tipo do risco de crédito envolvido no desenvolvimento do investimento. Procede-se a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira; adequação do fluxo de caixa, além da responsabilidade social do investimento.

A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado pelo Diretor Financeiro e de Investimentos (coordenador, sem direito a voto) e mais 6 membros, dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes (sendo indicado pelos conselheiros eleitos pelos participantes) e três representam as gerências técnicas da Petros. Este comitê tem como objetivo avaliar e recomendar os investimentos relacionados abaixo:

- ✓ FIP (Fundo de Participações);
- ✓ FMIEE (Fundo de empresas emergentes);
- ✓ Participações em SPEs;
- ✓ Participações acionários com acordo de acionistas;
- ✓ Imóveis;
- ✓ Fundos de Investimentos Imobiliários;
- ✓ Certificados de Recebíveis Imobiliários; Cédulas de Crédito Bancário;
- ✓ Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios; Cédulas de Crédito Imobiliário; Cédula de Crédito Bancário; Debêntures e Demais Valores mobiliários de Renda Fixa de emissão de S.A., com prazos superiores a 3 anos;
- ✓ Outros investimentos, a critério do coordenador.

No caso dos investimentos considerados de alta liquidez, em especial as ações negociadas na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações técnicas são submetidas à decisão do Comitê de Aplicações de Curto Prazo, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria Financeira e de Investimentos, exceto a Gerência de Participações, responsável pela administração das participações da Petros em investimentos de longo prazo, a qual detém informações consideradas sigilosas pela Lei de SA e, portanto, não pode correr o risco de divulgá-la a outras instâncias de decisão da Fundação.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os princípios norteadores da decisão de alocação da Petros em investimentos de longo prazo listados abaixo têm como objetivo formar uma carteira que permita a Petros atingir uma relação risco / retorno / liquidez, da forma mais segura, o seu maior objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus participantes.

Sendo assim, a prospecção de novas oportunidades de investimento, mormente em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo.

Desta feita, listam-se abaixo os princípios que na Petros norteiam a decisão de alocação de recursos em

investimentos de longo prazo:

1. **Responsabilidade social.** Investir em projetos / empresas que primem pelo respeito e observância das melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade social (pontos indicados no **Anexo 3**), ou seja, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade da implantação e/ou operação do investimento e maximizem o bem-estar social, gerando rentabilidade compatível com as características do empreendimento. Empresas devem ser geridas seguindo boas práticas de governança corporativa (Anexo 5);

2. **Segurança.** Ingressar em investimentos que tenham uma estruturação de garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital para a Petros;

3. **Liquidez.** A Petros, como qualquer agente que tem um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez imediata. Estudos apontam para as necessidades de liquidez da Petros ao longo do tempo. Ainda assim, é fundamental desde o ingresso no investimento estabelecer a(s) possível(is) estratégia(s) de desinvestimento, mesmo que no longo prazo. Desta feita, é necessário buscar-se ativos que tenham um horizonte de desinvestimento compatível com o perfil intertemporal de obrigações da Petros;

4. **Rentabilidade.** Práticas e avaliações socialmente responsáveis por parte dos analistas da Petros requerem introduzir nas decisões de investimentos parâmetros que levem em consideração o impacto do empreendimento no bem-estar dos seus participantes hoje e no período de usufruto dos benefícios. A métrica para a determinação da máxima rentabilidade vis a vis o risco do investimento ajustada ao impacto sócio-ambiental, que reflete na vida dos participantes, ainda está sendo melhor elaborada pelos analistas da Petros e do mercado financeiro. Mas é importante salientar que a relação risco / retorno utilizada pelos analistas da Petros e pelo Comitê de Investimentos tem procurado incorporar cada vez mais os possíveis impactos sobre a vida dos participantes. Por exemplo, alguns investimentos podem ampliar o bem-estar dos participantes dos planos de benefício de forma indireta, ao proporcionarem um maior nível de desenvolvimento à região na qual seus participantes se concentram ou mesmo a todo o país. Portanto, sempre as condições de risco e retorno serão levadas em consideração, ajustadas ao impacto de responsabilidade social do investimento. Não obstante, o piso de rentabilidade compatível com o compromisso fiduciário dos gestores dos recursos é a meta atuarial de IPCA mais 6% ao ano.

5. **Ampliar a diversificação de investimentos no portfólio dos planos de contribuição definida.** Tal ampliação se faz necessária frente à contínua queda

da taxa de juros básica no país. Frente à expectativa de manutenção de patamares baixos de taxas de juros no longo prazo (ver cenário macroeconômico no Anexo 1), a ampliação dos recursos carregados à carteira de renda variável e renda fixa lastreados em empreendimentos privados mostra-se como uma decisão racional de alocação ótima de recursos para maximização do retorno diante um mesmo risco total da carteira de investimentos dos planos de contribuição definida.

8 RESULTADOS ESPERADOS

a. Obtenção de uma rentabilidade suficiente para superar a meta atuarial;

b. Adequar o posicionamento relativo dos investimentos dos planos de contribuição definida para um cenário de juros básicos reais menores que 10%aa no médio prazo e menores que 6%aa no longo prazo;

c. Adequação intertemporal do perfil dos fluxos derivados dos ativos e passivos dos planos de contribuição definida.

Rentabilidade Real Esperada da Carteira da Petros

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| 1 Renda Fixa | 7,45% | 7,20% | 6,96% | 6,71% | 6,46% |
| 1.1 Carteira de R F com baixo risco de crédito | 7,50% | 7,25% | 7,00% | 6,75% | 6,50% |
| 1.2 Carteira de R F com médio/alto risco de crédito | 1,45% | 1,45% | 1,45% | 1,45% | 1,45% |
| 1.3 Derivativos de R F | | | | | |
| 2 Renda Variável | 12,90% | 12,39% | 10,89% | 9,36% | 8,48% |
| 2.1 Carteira de Ações em mercado | 13,00% | 12,50% | 11,00% | 9,00% | 8,00% |
| 2.2 Carteira de Participações | 12,00% | 11,50% | 10,00% | 12,00% | 12,00% |
| 2.4 Derivativos de Renda Variável | NA | NA | NA | NA | NA |
| 2.3 Carteira de RV - Outros Ativos | | | | | |
| 3 Imóveis | 3,83% | 3,83% | 3,83% | 3,83% | 3,83% |
| 3.1 Carteira de Desenvolvimento | | | | | |
| 3.2 Carteira de Aluguéis e Renda | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| 3.3 Carteira de Fundos Imobiliários | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| 3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários | | | | | |
| 4 Empréstimos e Financiamentos | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% |
| 4.1 Carteira de Empréstimos e Participantes | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% |
| 4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% | 6,00% |
| Rentabilidade Total | 8,51% | 8,36% | 7,91% | 7,39% | 6,96% |

9 AVALIAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

Concentram-se basicamente em apontar as formas pelas quais a Petros busca controlar o risco de suas alocações de recursos em renda variável e em participação permanente.

Para todas as carteiras, foi adotado a partir de 2004 o cálculo da Divergência Não Planejada - DNP (ou *Tracking Error*) como uma medida de controle da divergência não planejada entre o resultado efetivo de uma carteira e a taxa mínima atuarial, conforme exigido pelo art. 58 da Resolução CMN 3.121, de 25 de setembro de 2003.

A adoção de tal medida de risco, entretanto, poderá ser complementada por outras que sejam adequadas aos controles e gerenciamento dos riscos dos diversos tipos de investimentos da carteira de um fundo de pensão, como, por exemplo, o VaR, que mede a perda potencial em determinado prazo e dentro de um

certo intervalo de confiança, no caso dos fundos multimercados.

Para classificação do risco de crédito de instituições financeiras e não financeiras a Petros utilizará para a tomada das decisões os ratings estabelecidos pelas seguintes agências:

- ✓ Austin Asis;
- ✓ Fitch Rating;
- ✓ LF Rating;
- ✓ Lopes Filho & Associados;
- ✓ Moody's;
- ✓ SR Rating; e,
- ✓ Standard & Poor's.

A Petros irá considerar como baixo risco de crédito as seguintes notas:

| Agência Classificadora de Risco | Ratings considerado como baixo risco |
|--|---|
| Austin Rating | Entre AAA e BBB |
| Fitch Rating | Entre AAA (bra) e BBB- (bra) / Entre F1(bra) e F3-(bra) |
| LF Rating | Entre AAA e BBB |
| Lopes Filho & Associados (RiskBank) | Baixo risco para longo prazo, Baixo risco para médio prazo e Baixo risco para curto prazo |
| Moody's | Entre Aaa.br e Baa3.br / Prime-1 e Prime-3 |
| SR Rating | Entre brAAA e BBB / sr AA e sr A |
| Standard & Poor's | Entre brAAA e brBBB- / Entre brA-1 e brA-3 |

No caso do risco de crédito de instituições financeiras e de gestores de renda fixa, há uma reavaliação trimestral feita pelo Comitê multigerencial de Risco de Crédito, cujo resultado é enviado à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo da Petros.

10 COMUNICADO AO PARTICIPANTE

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC N° 07, de 4 de Dezembro de 2003, estabeleceu as informações mínimas que à política de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade fechada de previdência complementar deve conter e o modelo que deve ser encaminhada para seus participantes e assistidos e para a Secre-

taria de Previdência Complementar, esta versão encontra-se no Anexo 4 desta Política de Investimentos.

Além dessa informação obrigatória, como já é feito deste 2003, toda a Política de Investimento será disponibilizada na página da Petros na Internet. Todo o participante que desejar receber a Política de Investimento integral na forma impressa, poderá requisitá-la junto à Petros.

ANEXO 1 - Cenário Macroeconômico

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|------------------------------|------|------|-------|------|-------|------|-------|
| PIB (%) | 2,9 | 4,1 | 3,9 | 4,2 | 4,3 | 4,5 | 4,5 |
| Superávit Primário | 4,8 | 4,3 | 4,5 | 4,3 | 4 | 3,75 | 3,5 |
| Dívida Líquida | 51 | 50,0 | 48,8 | 47,0 | 44,6 | 41,8 | 39,1 |
| Selic Média | 19,1 | 16 | 15,25 | 15 | 13,75 | 12,5 | 11,75 |
| IPCA | 5,6 | 4,6 | 4,1 | 4,7 | 4,5 | 4,5 | 4,5 |
| Juros Reais (ex-post) | 11,7 | 10,4 | 10,5 | 9,8 | 7,7 | 7,7 | 6,2 |
| Risco País (Embi) | 314 | 298 | 283 | 226 | 224 | 200 | 180 |
| Taxa Média de Câmbio | 2,18 | 2,32 | 2,50 | 2,72 | 2,89 | 3,06 | 3,19 |

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| PIB (%) | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 |
| Superávit Primário | 3 | 3 | 2,5 | 2 | 1,5 | 1,5 | 1 |
| Dívida Líquida | 36,6 | 33,9 | 31,5 | 29,6 | 28,0 | 26,5 | 25,4 |
| Selic Média | 10,5 | 9,5 | 9 | 8,75 | 8,5 | 8,5 | 8,5 |
| IPCA | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| Juros Reais (ex-post) | 5,8 | 4,8 | 4,8 | 4,3 | 4,3 | 4,3 | 4,3 |
| Risco País (Embi) | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 |
| Taxa Média de Câmbio | 3,30 | 3,38 | 3,47 | 3,54 | 3,61 | 3,68 | 3,75 |

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| PIB (%) | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,5 |
| Superávit Primário | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Dívida Líquida | 24,9 | 24,8 | 24,8 | 24,8 | 24,7 | 24,7 | 24,6 |
| Selic Média | 8,5 | 8,5 | 8,5 | 8,5 | 8,5 | 8,5 | 8,5 |
| IPCA | 3,5 | 3,5 | 3,5 | 3,5 | 3,5 | 3,5 | 3,5 |
| Juros Reais (ex-post) | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 4,8 | 4,8 |
| Risco País (Embi) | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 | 180 |
| Taxa Média de Câmbio | 3,83 | 3,90 | 3,98 | 4,06 | 4,14 | 4,22 | 4,31 |

ANEXO 2 - Política de Gestão Terceirizada em Renda Fixa

Abaixo apresentamos esquematicamente o modelo de gestão:

Mandatos gestores terceirizados - Moderado

| Tx. Adm. AA | Tx. De Perform. AA | Benchmark | Meta de Rentab. | Perform. Mín. Mês | Perform. Mín. Sem. | Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa | Limites de Risco | Resumo do Mandato |
|-------------|--------------------|------------|-----------------|-------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------------|---|
| 0,130% | 15% | 102% Selic | 105% Selic | 50% Selic | 90% Selic | LIMITE SIM | VAR<0,30% STRESS MÁX 2,5% | Até 100% Título Público Federal; até 25% CDB de baixo risco; Derivativos: Juros, Câmbio |

Mandatos gestores terceirizados - Multimercado

| Tx. Adm. AA | Tx. De Perform. AA | Benchmark | Meta de Rentab. | Perform. Mín. Mês | Perform. Mín. Sem. | Perform. META ATUARIAL PCA+6%aa | Limites de Risco | Resumo do Mandato |
|-------------|--------------------|------------|-----------------|-------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|---|
| 0,130% | 20% | 104% Selic | 108% Selic | 20% Selic | 80% Selic | LIMITE SIM | Em análise | Até 100% Tit. P. Federal; 25% CDBs; Derivativos: Juros, Câmbio, Bolsa e Renda Variável não Direcional |

A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:

$$n[IC] = n[IS]*20\% + n[IT]*10\% + n[IVA]*10\% + n[IR]*60\%$$

onde:

- Índice de Sharpe [IS]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;

- Índice de Treynor [IT]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado;

- Índice de Valor Adicionado [IVA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade

de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,

- Índice de Rentabilidade [IR]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.

Além da eficiência em relação à rentabilidade, as Gerências de Administração Financeira e Operações de Mercado, auxiliadas pela instituição custodiante, acompanham diariamente os gestores terceirizados no sentido de verificar o cumprimento dos limites previstos pela Regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, quanto às operações com derivativos e aos limites e às condições de atuação nos correspondentes mercados (atualmente estipulados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 3121, de 25 de setembro de 2003).

ANEXO 3 - Princípios Básicos de Responsabilidade Social

Neste anexo propomos um aperfeiçoamento da metodologia de avaliação de investimentos que deverá ser introduzida nas práticas das equipes da Petros de forma gradual mas irreversível, com o objetivo de solidificar os princípios de responsabilidade social como métrica de precificação dos ativos das carteiras da Fundação.

Descrição da Nova Metodologia

Essa metodologia para a avaliação da responsabilidade social de empresas e investimento vem sendo amplamente discutida e analisada pela Petros. Ela está fundamentada em estudos, conceitos e metodologias elaboradas por vários estudiosos do setor. Ela tenta utilizar o que há de melhor para avaliação de responsabilidade social e se ajustar às características de cada investimento de maneira a tornar os resultados em ferramentas concretas para as decisões de alocação de recursos.

Em razão da necessidade de incorporar a avaliação do impacto social em diferentes tipo de investimento, esta metodologia tem como base três focos principais: avaliação das empresas para a carteira de ações, análise das empresas que a Petros tem participação e análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos).

1

Avaliação de empresas que a Petros tem participação

No intuito de avaliar o grau de aderência às práticas de responsabilidade social das empresas da carteira de participações, a Gerência de Participações construiu uma ferramenta de classificação através dos indicadores de responsabilidade social relacionados abaixo:

1) Valores e Transparência: Compromissos Éticos, Relação com Concorrência e Balanço Social;

2) Público Interno: Gestão Participativa, Compromisso com o desenvolvimento Profissional, Cuidados com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho, Oferecimento de Plano Previdenciário, Preparação para a Aposentadoria, Comportamento relativo às Demissões, Ações Trabalhistas e Relacionamento com Representantes dos Trabalhadores;

3) Meio Ambiente: Gestão do Impacto ao Meio Ambiente e racionalização do uso de recursos, Educação ambiental e desenvolvimento sustentável, Responsabilidades ambientais dos executivos e gerentes e Passivo ambiental ou falta de licenças ambientais;

4) Fornecedores: Critérios de seleção e avaliação de fornecedores e apoio ao desenvolvimento de fornecedores;

5) Clientes: Política de comunicação comercial e atendimento e Conhecimento dos danos potenciais de produtos e serviços

6) Governo e Sociedade: Ações sociais e estímulo ao voluntariado, Contribuições para campanhas políticas, Práticas anti-corrupção e propina e Ações sociais e práticas de não discriminação.

2

Avaliação das Empresas para a Carteira de Ações

Através de estudos de desempenho das ações das empresas que estão divulgando seus balanços sociais, verificou-se que o mercado brasileiro valorizou estas empresas em 2004 e 2005. Desse modo, esta Política de Investimentos indica que seja dada preferência a investir-se em ações de empresas que se destaquem em investimentos sociais. Para verificar que empresas estão se destacando em investimentos sociais serão utilizados os seguintes índices:

- ISI - Indicador Social Interno = investimentos sociais interno/ receita líquida

- ISE - Indicador Social Externo = investimentos sociais externos/ receita líquida

- ISA- Indicador Social Ambiental = investimentos sociais ambientais / receita líquida

- IST - Indicador Social Tributos = pagamentos de tributos/ receita líquida

- ISG- Indicador Social Geral = consolidação dos indicadores sociais acima

3

Análise dos novos investimentos (renda fixa e / fundos)

Esta Política de Investimentos deu um enfoque especial para os novos investimentos que devem ser feitos exclusivamente em empreendimentos que cumpram plenamente os requisitos de responsabilidade social.

Para evitar indevida comparação entre empreendimentos com porte distintos, verificadas nas ofertas concretas de investimento recebidas pela Petros nos últimos anos, que poderiam causar análises imprecisas, as propostas de novos investimentos foram divididas em três grandes grupos: projetos, empresas de médio porte e empresas de grande porte. Abaixo seguem os indicadores que serão utilizados em cada um dos grupos.

| Indicador | Projeto | Médio Porte | Grande Porte |
|---|---------|-------------|--------------|
| Indicadores de Desempenho Econômico | | | |
| Competitividade Nacional | Sim | Sim | Sim |
| Geração de Empregos | Sim | Sim | Sim |
| Concorrência Desleal | Não | Não | Sim |
| Indicadores de Desempenho Ambiental | | | |
| Impactos ambientais | Sim | Sim | Sim |
| Combate ao desperdício de matérias-primas | Sim | Sim | Sim |
| Autuações Ambientais | Não | Sim | Sim |
| Indicadores do Corpo Funcional | | | |
| Relação entre número de terceirizados / Força Total de trabalho | Sim | Sim | Sim |
| Benefícios sociais internos | Sim | Sim | Sim |
| Reclamações trabalhistas | Não | Sim | Sim |
| Rotatividade da mão-de-obra | Não | Sim | Sim |
| Número de empregados acima de 40 anos | Não | Não | Sim |
| Histórico de não cumprimento de acordos coletivos | Não | Não | Sim |
| Indicadores de Cidadania Empresarial | | | |
| Elaboração de Balanço Social ou Similar | Não | Sim | Sim |
| Código de Ética | Não | Sim | Sim |
| Seleção e contratação de fornecedores | Não | Sim | Sim |
| Projetos Sociais Externos | Não | Sim | Sim |
| Prêmios Recebidos | Não | Não | Sim |

No caso dos Fundos de Investimentos em Participações, seus regulamentos devem conter cláusulas onde somente serão realizados investimentos em empresas que assumam expressamente os seguintes compromissos:

- Estar adequadas às normas de controle ambiental, observando inclusive os Princípios do Equador;
- Não utilizar trabalho infantil ou escravo; checando o controle sobre serviços terceirizados.
- Analisar planos que procurem minimizar os eventuais efeitos nocivos ao meio ambiente decorrentes de suas atividades;
- Sugerir planos de ação que busquem a melhora do seu relacionamento com as comunidades onde suas unidades estejam instaladas; e,
- Atuar com boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível o seu capital humano.

O comportamento da empresa frente a esses indicadores será comparado aos seus pares de mercado,

para que as características setoriais sejam devidamente assimiladas pela metodologia.

Seguir cada vez mais rigidamente as métricas indicadas acima será a melhor forma de alocarmos os recursos da Petros, pois estaremos preservarmos totalmente os interesses dos participantes da Fundação ao exigirmos que a rentabilidade gerada pelos empreendimentos seja sustentável no longo prazo.

Para que as empresas e demais gestores de investimento de mercado assimilem de maneira definitiva a decisão, mas que tenham oportunidade concreta de se adaptarem à nova realidade da Petros, recomendamos que seja informado publicamente ao mercado a decisão de não mais investir em empresas que não cumpram, no final dos próximos três anos, os critérios mínimos de boas práticas de responsabilidade social apontados pela metodologia apontada acima.

ANEXO 4 - Política de Investimentos Modelo da Resolução CGPC Nº 07/03

| Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC | | | |
|---|---|-----------------------------|--|
|  | 1. Entidade Fechada de Previdência Complementar : Fundação Petrosbras de Seguridade Social - Petros - cód. 00655 | | |
| | 2. Exercício : 2006 | | |
| | 3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia XXXXXXXXXXXX | | |
| | 4. Plano de Benefício : Planos de Contribuição Definida Administrados pela Petros | | |
| | 5. Meta Atuarial do Plano de Benefício : Indexador - IPCA / Taxa de Juros - 6% aa (seis por cento ao ano) | | |
| | 6. AETO - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado : Ricardo Malavazi Martins | | |
| | 6.1. Renda Fixa: Ricardo Malavazi Martins | | |
| | 6.2. Renda Variável: Ricardo Malavazi Martins | | |
| 6.3. Imóveis: Ricardo Malavazi Martins | | | |
| 6.4. Financiamentos: Ricardo Malavazi Martins | | | |
| 7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes : (x) Meio Eletrônico () Impresso | | | |
| QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO A RESOLUÇÃO CMN Nº 3.121/2003 | | | |
| Alocação dos Recursos | 8. Margem de Alocação (inciso I, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | | 9. Diversificação (inciso III, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) |
| | Lim.Inf(%) | Lim.Sup(%) | |
| X.1 Renda Fixa | 70,00 | 100,00 | Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003 |
| X.1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito | 70,00 | 100,00 | Além de respeitar os artigos referentes aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.121/03, poderá haver um fundo renda fixa de crédito que poderá fazer aplicações em Títulos Privados de emissão de empresas não financeiras consideradas como "Baixo Risco de Crédito". Os Títulos de Emissão de Empresas Financeiras poderão ser adquiridos pelos Fundos Exclusivos da Petros que são administrados por terceiros. Não serão feitas aplicações em títulos emitidos por Estados e Municípios. |
| X.1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito | 0,00 | 0,00 | A Petros não irá investir em títulos considerados como médio/alto risco de crédito. |
| X.1.3 Derivatos de Renda Fixa | 0,00 | conforme legislação vigente | As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda fixa. |
| X.2 Renda Variável | 0,00 | 25,00 | Obedecendo Resolução CMN nº 3.121/2003 |
| X.2.1 Carteira de Ações em Mercado | 0,00 | 22,00 | Além de obedecer a Resolução CMN nº 3.121/2003, a Petros poderá implementar uma estratégia de implementação de uma carteira renda variável. |
| X.2.2 Carteira de Participações | 0,00 | 3,00 | Para enquadrar possíveis debêntures de emissão de SPEs adquiridas pelo fundo de renda fixa de crédito e que a legislação enquadra no segmento de Renda Variável faz-se necessário estabelecer um limite para estes ativos |
| X.2.3 Carteira de RV - Outros Ativos | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.2.4 Derivatos de Renda Variável | 0,00 | conforme legislação vigente | As operações com derivativos têm como objetivo otimizar a rentabilidade e diminuir o risco da carteira de renda variável. Podem ser utilizados derivativos de renda variável para se gerar um retorno de renda fixa |
| X.3 Imóveis | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.3.1 Carteira de Desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.3.2 Carteira de Aluguéis e Renda | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.3.3 Carteira de Fundos Imobiliários | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| X.4 Empréstimos e Financiamentos | 0,00 | 8,00 | Obedecendo resolução CMN nº 3.121/2003 |
| X.4.1 Carteira de Empréstimos a Participantes | 0,00 | 8,00 | A Petros poderá implementar uma carteira de empréstimos a Participantes |
| X.4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários | 0,00 | 0,00 | A Petros não estará investindo neste segmento |
| 10. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos (inciso VII, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | | | |
| O cenário macroeconômico, tido como o mais provável, aponta para um ritmo de crescimento de aproximadamente 4% em 2006 e para os anos seguintes. Em relação a taxa de juros real acreditamos na sua manutenção no patamar de 10% a.a. no curto prazo, tendo um decréscimo significativo a partir de 2009, ou seja, acreditamos na manutenção em níveis elevados da taxa de juros entre o período de 2006 a 2008. Dado o cenário macroeconômico esperado, o processo de escolha de setores-alvo para investimentos privilegiará os setores que tem forte correlação com o crescimento econômico, como por exemplo infra-estrutura, renda variável e títulos de renda fixa privados (ou na forma de fundos), reduzindo o montante alocado em títulos do Tesouro federal diante da expectativa de redução das taxas reais de juros no longo prazo. | | | |
| 11. Objetivos da gestão (inciso II, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | | | |
| Para os próximos 60 meses a liquidez requerida dos ativos não deverá representar restrição para maiores investimentos de longo prazo. A meta de rentabilidade real (além do IPCA) perseguida será, no cenário mais provável, de 10,64% em 2006, 10,73% em 2007, 10,05% em 2008, 8,00% em 2009 e 8,00% em 2010. A política de gerenciamento de risco usará vários métodos de mitigação do risco, incluindo a diversificação setorial, diversificação corporativa e por tipo de investimento, privilegiando investimentos com baixo custo de governança. | | | |

| Anexo I - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações à SPC | |
|---|---|
| 13. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação externa dos ativos (inciso V, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | |
| <p>Todos os investimentos são precificados pelo Sistema Policentro, que fornece um relatório contendo rentabilidade diária, mensal e anual comparativa entre os fundos da Petros. A Petros avalia a gestão terceirizada de Fundos de Renda Fixa através de uma combinação de índices de avaliação de desempenho, conforme descrito abaixo:</p> <p>$\eta[C] = \eta[S]20\% + \eta[T]10\% + \eta[V]10\% + \eta[R]60\%$ onde:</p> <p>$\eta[C]$ = Índice de Sharpe [S]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado da volatilidade desta rentabilidade relativa à taxa livre de risco;</p> <p>$\eta[T]$ = Índice de Treynor [T]: medida de risco-retorno que indica o retorno esperado na carteira por unidade de risco sistemático inerente à carteira; o índice é a razão entre o valor esperado da rentabilidade relativa à taxa livre de risco e o valor esperado do "beta", i.e., medida da inclinação da curva que representa a carteira no modelo CAPM, considerando como representante do mercado determinado subconjunto de fundos multimercado;</p> <p>$\eta[V]$ = Índice de Valor Adicionado [VA]: medida de risco-retorno que indica o desvio esperado no retorno da carteira, conhecido como "alfa", por unidade de variação deste retorno, admitindo que a carteira segue o modelo CAPM e considera como representante do mercado um subconjunto de fundos multimercado; o índice é a razão entre o valor esperado do desvio na rentabilidade da carteira ("alfa") e o valor esperado da volatilidade deste desvio; e,</p> <p>$\eta[R]$ = Índice de Rentabilidade [R]: medida de retorno que indica o valor esperado do excedente de rentabilidade diária sobre a taxa livre de risco; o índice é a média histórica diária da rentabilidade diferencial relativa à taxa livre de risco para a carteira.</p> | |
| 14. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável (inciso VI, § 11º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | |
| As empresas escolhidas para a gestão externa de recursos terão que satisfazer os seguintes critérios: | |
| i) Terem sob sua administração um volume mínimo de recursos; | |
| ii) Serem aprovadas em uma análise de performance e rentabilidades comparativas, um processo de due diligence e uma análise qualitativa feita pela equipe interna da Petros | |
| 15. Estratégia de formação de preço - investimentos e desinvestimentos (inciso VI, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo) | |
| São usados vários métodos de formação de preço para as decisões de investimento e desinvestimento. As decisões de alocação dependerão do tipo de ativo, em especial do risco e da liquidez, que deverão estar compatíveis com a rentabilidade esperada. As decisões de compra e venda de ativos seguem um processo que separa os ativos em baixo, médio e alto risco de crédito. Proceder-se-á a uma avaliação da qualidade do risco que segue uma metodologia na qual são contemplados os seguintes aspectos: características da indústria; risco financeiro; qualidade das informações (governança corporativa); planejamento orçamentário e operacional; indicadores financeiros; alavancagem financeira, além da responsabilidade social do investimento. A Petros tem um Comitê de Investimento que é formado por 7 membros dos quais dois representam diretamente as principais patrocinadoras, um representa os participantes e quatro representam a Petros, sendo três com direito a voto. Este comitê tem como objetivos avaliar e recomendar os investimentos principalmente ativos de longo prazo. No caso dos ativos mais líquidos, em especial as ações negociadas com grande liquidez na BOVESPA e os títulos públicos federais, as avaliações representam diretamente as são submetidas à decisão de Comitê Interno, que possui a participação de todas as gerências da Diretoria de Investimentos, menos a de Participações. | |
| 16. Definição do padrão de cálculo da divergência não planejada e de controle interno: | |
| Atendendo ao exigido no Art 58 da Resolução 3.121, a Petros adota desde 2004 o tracking error, conforme disposto abaixo, como uma ferramenta de aferição de divergência não planejada entre o valor de suas carteiras e o valor projetado para estas carteiras. | |
| O Tracking Error é um conceito que se presta a avaliar a aderência de uma carteira a meta atuarial. Sua definição mais usual é dada pela fórmula: | |
| <p>onde:</p> <p>$\frac{P}{T}$ é o retorno da carteira,</p> <p>$\frac{F}{T}$ é o retorno da meta atuarial predeterminado e</p> <p>T é o tamanho da amostra.</p> | $TE = \sqrt{\frac{1}{T-1} \sum (r_{it} - r_{mt})^2}$ |
| 17. Observações: | |
| Todos os métodos de avaliação e controle de risco dos investimentos são constantemente reavaliados no sentido de melhorar a rentabilidade dos ativos da Petros. | |
| 18. Responsável, Local e Data | |
| Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2006 | Roberto H. Gremier - Chefe da Assessoria de Planejamento de Investimentos |
| Local e Data | Responsável (nome e cargo) |

ANEXO 5 - Anexo 5 - Indicadores de Governança Corporativa

Indicadores de Governança Corporativa

1) Propriedade

1.1) Transparência

- a) Distribuição Acionária
- b) Ações em circulação
- c) Ações na Bolsa de Nova Iorque
- d) Abertura Completa de todos os acionistas
- e) Limites estabelecidos de participação de diretores e administradores no capital

1.2) Concentração e Influência dos Controladores e Acionistas

- a) Concentração em grupos econômicos, familiares
- b) Afiliações e ligações entre acionistas
- c) Participação dos principais acionistas em partes relacionadas
- d) Regras para o tratamento de partes relacionadas
- e) Regra de separação entre ativos pessoais dos acionistas e da empresa

2) Acionistas

2.1) Votação e Assembléia Geral

- a) Estatutos definidos para a organização das assembléias gerais e regras de votação
- b) Envio de documentação com antecedência
- c) Possibilidade de questionamento prévio e inclusão de assuntos na pauta de reuniões
- d) Organização da Assembléia

2.2) Direitos dos Acionistas

- a) Existência e qualidade do Acordo de Acionistas
- b) Direito de tag along
- c) Quorum qualificado para matérias específicas
- d) Direito de voto às ações preferenciais em matérias específicas
- e) Política de distribuição de dividendos
- f) Histórico de dividendos

2.3) Proteção do Valor dos Acionistas

- a) Medidas proibitivas do uso de informação privilegiada
- b) Medidas previstas para a proteção do preço das ações em caso de fechamento de capital ou cancelamento de registro, onde prevaleça o valor econômico também para as ações em circulação

3) Conselho de Administração

3.1) Estrutura e Independência

- a) Número de conselheiros e número de conselheiros independentes (não fazem parte da diretoria da empresa)
- b) Qualificação dos conselheiros
- c) Representatividade dos acionistas no conselho
- d) Comitês de Assessoria

3.2) Papel e Desempenho

- a) Regimento Interno
- b) Acesso às informações por parte dos conselheiros
- c) Auditoria interna e controles internos
- d) Frequência das reuniões do conselho
- e) Avaliação do Conselho de Administração

4) Gestão/Diretoria

4.1) Estrutura e Independência

- a) Qualificação e experiência dos diretores

4.2) Políticas de Remuneração e de Sucessão (diretoria e conselheiros)

- a) Política de remuneração dos executivos / Transparência da política de remuneração
- b) Remuneração por desempenho
- c) Comitê de remuneração
- d) Planejamento sucessório de executivos

4.3) Responsabilidade

- a) Compromissos definidos da diretoria com a geração de valor para os acionistas
- c) Política de metas
- c) Planejamento estratégico e plano de negócios

ANEXO 6 - Indicadores de Governança Corporativa

4.4) Transparência e Prestação de Contas

- a) Canais de divulgação e qualidade das informações
- b) Prestação de contas das diretorias
- c) Código de governança corporativa
- d) Código de ética das diretorias

4.5) Relacionamentos

- a) Relacionamento da diretoria executiva com os acionistas, conselho fiscal, conselho de administração, auditores independentes, stakeholders, investidores institucionais e instituições fiscalizadoras (externas), e entidades com representantes dos colaboradores
- b) Vínculos entre diretoria, conselhos, acionistas, empresa e partes interessadas externas

5) Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Auditoria Externa

- a) Processo de eleição e independência
- b) Qualificação e competência dos membros
- c) Prestação de contas (para o conselho - em caso de comitê - e para os acionistas)
- d) Frequência das reuniões
- e) Monitoramento do conselho de administração e da diretoria executiva
- f) Conselho fiscal permanente "turbinado" como alternativa para atender a seção 301 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige a criação de um comitê de auditoria
- g) Critérios de escolha dos auditores externos
- h) Relatórios de Auditoria externa

6) Informações Públicas: Transparência e Disclosure

- a) Demonstrações financeiras
- b) Apresentação aos analistas do mercado de ações
- c) Relatórios sociais e ambientais
- d) Relatórios e informações enviadas aos acionistas
- e) Divulgação de informações relevantes
- f) Qualidade das informações não-financeiras
- g) Qualidade e acesso aos registros da instituição
- h) Listado no Novo Mercado ou nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa